



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Vassouras

Resolução nº 942 de 01 de novembro de 2019.

Rejeita as Contas do Chefe do Poder Executivo de Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2014 e Aprova as contas do Tesoureiro, referente ao exercício de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal de Vassouras
Faço saber que a Câmara Municipal de Vassouras aprovou e eu promulgo a seguinte:

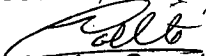
RESOLUÇÃO:

Art.1º - Ficam rejeitadas as contas de Gestão da Administração Financeira do Município – Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2014, do Chefe do Poder Executivo, ex-prefeito Renan Vinicius Santos de Oliveira, ora apresentado, quanto aos aspectos financeiros e orçamentários, contidos no Parecer Prévio Favorável no Processo nº 224.230-8/15 c/c Processo TCE/RJ Nº 217.755-5/19.

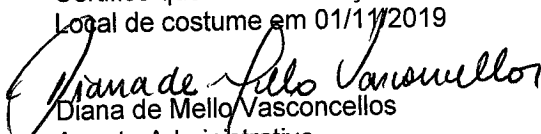
Art.2º - Ficam aprovadas as contas de Tesoureiro sob responsabilidade do Sr. Marcelo Filgueiras Gomes, referente ao exercício de 2014, tendo em vista a quitação plena exarada no Parecer Prévio Favorável apresentado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos autos do Processo TCE-RJ Nº 224.230-8/15 c/c Processo TCE/RJ Nº 217.755-5/19.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vassouras, em 01 de novembro de 2019.


José Maria Vaz Capute
Presidente

Certifico que esta Resolução foi afixada em
Local de costume em 01/11/2019


Diana de Mello Vasconcellos
Agente Administrativo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO RODRIGO MELO DO NASCIMENTO

VOTO GC-7

PROCESSO: TCE-RJ Nº 224.230-8/15

ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS

**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR DE
DESPESAS E DO RESPONSÁVEL PELA TESOURARIA –
EXERCÍCIO DE 2014**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR DE
DESPESAS E DE TESOUREIRO. CONTAS DE
GESTÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO CHEFE
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL NA
CONDIÇÃO DE ORDENADOR DE DESPESAS.
TESE JURÍDICA FIRMADA NO STF NO ÂMBITO
DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM
REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE
COMPETÊNCIA JUDICANTE DO TRIBUNAL DE
CONTAS. COMPETÊNCIA DO PODER
LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA JULGAMENTO
DE CONTAS DE GESTÃO DO CHEFE DO PODER
EXECUTIVO. EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO
FAVORÁVEL COM RESSALVA E
DETERMINAÇÃO. JULGAMENTO PELA
REGULARIDADE DAS CONTAS DE TESOUREIRO
COM QUITAÇÃO PLENA. DETERMINAÇÃO À SSE.**

Trata o presente processo de Prestação de Contas de Ordenador de Despesas e de Tesoureiro da Prefeitura Municipal de Vassouras, relativas ao exercício de 2014, tendo por objeto a emissão de Parecer Prévio sobre a Prestação de Contas de Gestão do então Prefeito, Sr. Renan Vinicius Santos de Oliveira, na condição de Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Vassouras, bem como o julgamento das contas do responsável pela Tesouraria, Sr. Marcelo Filgueiras Gomes.

Em Sessão de 01/12/2016, o Plenário desta Corte proferiu decisão nos seguintes termos:

VOTO

Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito Municipal de Vassouras, na forma prevista na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em vigor, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão Plenária, apresente os esclarecimentos que se fazem necessários, acompanhados da documentação pertinente, conforme discriminado em meu Relatório, alertando-o para as sanções previstas na referida Lei, em caso de não atendimento a decisão desta Corte.

Por oportuno, reproduzo os elementos ensejadores da referida decisão desta Corte:

- 1) Quanto à ausência de registros de cancelamento de Restos a Pagar na Demonstração das Variações Patrimoniais, a despeito dos valores de R\$53.271,24 e R\$18.860,64, referentes a Restos a Pagar Não Processados e Processados, evidenciados no Anexo I do Balanço Orçamentário;
- 2) Quanto à divergência R\$ 178.737,89 relativa ao saldo do exercício anterior de Restos a Pagar Processados registrado na Demonstração da Dívida Flutuante, em relação à prestação de contas do exercício anterior – Processo TCE-RJ nº 216.662-5/14, correspondente ao registro de “Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores”;
- 3) Quanto à divergência de R\$343.126,64, conforme demonstrado a seguir:
 - Saldo Patrimonial (Patrimônio Líquido) registrado na coluna “Exercício Anterior” do Balanço Patrimonial: R\$28.391.837,43;
 - Saldo final constante da Prestação de Contas do Exercício Anterior (Processo TCE-RJ nº 216.662-5/14): R\$ 28.734.964,07.
- 4) Quanto ao registro de saldo devedor no valor de R\$ 321.754,83 como “Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar” (conta de natureza credora) na Demonstração das Variações Patrimoniais.

A 2ª Coordenadoria de Contas dos Municípios (2ª CTM), em sua análise de fls. 783/787, manifesta-se nos seguintes termos:

3 – DO ATENDIMENTO À DECISÃO PLENÁRIA

As manifestações dos jurisdicionados em resposta à decisão plenária acima referida será analisada nos termos abaixo:

Esclarecimentos

- 1) Quanto à ausência de registros de cancelamento de Restos a Pagar na Demonstração das Variações Patrimoniais, a despeito dos valores de R\$53.271,24 e R\$18.860,64, referentes a Restos a Pagar Não Processados e Processados, evidenciados no Anexo I do Balanço Orçamentário;

Resposta: Esclarece, às fls. 752, que houve equívoco na classificação destas contas e que atualmente os cancelamentos de Restos a Pagar aparecem na DVP como desincorporação de passivos.

Conforme fls. 762, a ausência de registro ocorreu devido ao relatório das ~~Variações Patrimoniais~~ demonstrar as variações patrimoniais aumentativas de forma sintética.

Análise: Entendemos que tal falha foi saneada.

Conclusão: Item atendido.

2) Quanto à divergência R\$ 178.737,89 relativa ao saldo do exercício anterior de Restos a Pagar Processados registrado na Demonstração da Dívida Flutuante, em relação à prestação de contas do exercício anterior – Processo TCE-RJ nº 216.662-5/14, correspondente ao registro de “Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores”;

Resposta: Esclarece, às fls. 753, que o valor correto é do exercício de 2014. Informa que tais divergências ocorreram em virtude da implantação de novos procedimentos para a contabilidade pública nesse período. De acordo com as fls. 771 foi enviado um novo Demonstrativo da Dívida Flutuante com o saldo desta rubrica zerado.

Análise: Esclarece que tais diferenças não ocorrem mais.

Conclusão: Item atendido.

3) Quanto à divergência de R\$343.126,64, conforme demonstrado a seguir:

- Saldo Patrimonial (Patrimônio Líquido) registrado na coluna “Exercício Anterior” do Balanço Patrimonial: R\$28.391.837,43;
- Saldo final constante da Prestação de Contas do Exercício Anterior (Processo TCE-RJ nº 216.662-5/14): R\$ 28.734.964,07.

Resposta: Esclarece, às fls. 753, que o valor correto é do exercício de 2014. Informa que tais divergências ocorreram em virtude da implantação de novos procedimentos para a contabilidade pública nesse período.

De acordo com as fls. 762, foram refeitos os balanços de 2015 e sendo assim o saldo patrimonial do exercício anterior passou a evidenciar o valor de R\$ 28.734.817,47, já com as correções efetuadas.

Análise: Esclarece que tais diferenças não ocorrem mais

Conclusão: Item atendido

4) Quanto ao registro de saldo devedor no valor de R\$ 321.754,83 como “Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar” (conta de natureza credora) na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resposta: Informa, às fls. 753, que com a implementação de novas normas de contabilidade foi realizada a integração entre o Sistema de Arrecadação e o Sistema Contábil, o que ocasionou algumas divergências.

Conforme, fls. 762v, tais valores se referem à baixa da dívida ativa do exercício totalizando R\$ 321.754,83, informa que as divergências de integração foram saneadas nos exercícios de 2015 e 2016.

Análise: O que verificamos, nesse caso, foi a ausência de classificação da rubrica contábil, foi utilizado termo genérico que não permite identificar a operação.

Conclusão: Item não atendido. Tal fato será objeto de ressalva/determinação.

ASPECTOS PENDENTES

Notas Explicativas

Foram apresentados, fls.773v/777, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis evidenciando as movimentações ocorridas no exercício.

4 – DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante da análise realizada,

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 848.826-DF em 17/08/16, com repercussão geral reconhecida, publicado no DJE de 24/08/17, fixou a seguinte tese: a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores;

Considerando a decisão plenária de 10/10/17 no Processo nº 228.435-8/15 (Prestação de Contas de Ordenador de Despesas e de Tesoureiro da Prefeitura Municipal de Nilópolis ref. 2014), nos termos do Voto proferido pelo Exma. Sr. Conselheira Marianna M. Willeman;

Considerando o presente exame e o efetuado às fls. 783/785;

SUGERE-SE:

I. Pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas de gestão do chefe do Poder Executivo do Município de Vassouras, Senhor RENAN VINICIUS SANTOS DE OLIVEIRA, Ordenador de Despesas no exercício de 2014, com a seguinte **RESSALVA** e correspondente **DETERMINAÇÃO**:

RESSALVA Nº 1

1) Quanto ao registro de saldo devedor no valor de R\$ 321.754,83 como "Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar" (conta de natureza credora) na Demonstração das Variações Patrimoniais, não permitindo identificar a natureza da operação.

DETERMINAÇÃO Nº 1

- Atentar para a correta classificação da natureza dos eventos contábeis em conformidade com o MCASP e o disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual;

II – Sejam **JULGADAS REGULARES** as contas do responsável pela Tesouraria, Sr. Marcelo Filgueiras Gomes, da Prefeitura Municipal de Vassouras, relativas ao exercício de 2014, nos termos do inciso I, artigo 20 c/c o artigo 21, ambos da Lei Complementar Estadual nº 63/90, dando-lhe quitação plena.

O douto Ministério Público Especial junto ao TCE-RJ manifesta-se no mesmo sentido.

Cumprе ressaltar que o processo foi incluído em Pauta Especial, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 10/07/2019, conforme determina o art. 123 do Regimento Interno desta Corte.

É o Relatório. Passo ao meu Voto.

Preliminarmente, esclareço que, em julgamento concluído pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no bojo do Recurso Extraordinário nº 848.826-DF, publicado no DJE de 24/08/2017, com Repercussão Geral reconhecida, a Suprema Corte firmou jurisprudência no sentido de que compete ao Poder Legislativo o julgamento das Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo, que nesta condição atuou como Ordenador de Despesas.

Assim sendo, nas Contas Ordinárias de Gestão de Chefe do Poder Executivo, entendo que este Tribunal, em reverência à posição externada pelo STF, deve proceder à emissão de Parecer Prévio – exclusivamente para fins do disposto no art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar Federal nº 64/90 –, para fins de subsidiar o julgamento das contas pelo Poder Legislativo Municipal, sem prejuízo de eventual imputação de débito e de aplicação de multa ao gestor responsável pelas contas em processo próprio.

Feitas tais considerações, constato que os questionamentos formulados por esta Corte foram atendidos pelo jurisdicionado, à exceção da divergência de natureza contábil constatada, devendo tal impropriedade ser objeto de Ressalva e Determinação, conforme proposto pelas instâncias instrutivas.

Ademais, considerando que os autos originais devem permanecer arquivados nesta Corte e de modo a atender ao rito processual de encaminhamento à Edilidade para fins de julgamento, formulo Determinação ao final de meu Voto para reconstituição, em processo digital autônomo, de cópia integral destes autos, para remessa ao Poder Legislativo Municipal.

Diante do exposto e,

Considerando que esta Corte de Contas, nos termos dos art. 75 da Constituição Federal e art. 124 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, já com as alterações dadas pela Emenda Constitucional nº 04/91, é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 17/08/2016, ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 848.826, publicado no DJE de 24/08/2017, fixou tese segundo a qual a apreciação das Contas de Prefeitos – tanto as de Governo, quanto as de Gestão – será exercida pelas Câmaras

Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo Parecer Prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos Vereadores;

Considerando, com fundamento no art. 125, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, também com as alterações da Emenda supramencionada, a competência desta Corte de emitir Parecer Prévio sobre as Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal, exclusivamente para fins do disposto no art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar Federal nº 64/90, a fim de subsidiar o julgamento das contas pela Câmara Municipal;

Considerando que foram aqui analisadas as Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo Municipal, o qual atuou na qualidade de Ordenador de Despesas da Prefeitura, no exercício de 2014;

Considerando, por derradeiro, os termos da Decisão Plenária desta Corte de Contas prolatada em Sessão de 10/10/2017, nos autos do Processo TCE-RJ nº 228.435-8/15 (Contas de Ordenador de Despesas da Prefeitura de Nilópolis referentes ao exercício de 2014), que acatou o decidido no acórdão do STF referente ao Recurso Extraordinário nº 848.826, Distrito Federal, publicado no DJE, de 24/08/2017, com reflexo na decisão deste Tribunal ora prolatada, cuja deliberação apresenta duas naturezas: (i) uma técnico-opinativa, cuja conclusão se restringirá à emissão de Parecer Prévio em relação às Contas de Gestão do Prefeito Municipal, que atuou na condição de Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal, contas estas que devem ser posteriormente julgadas pela Câmara Municipal; e (ii) outra decisória, relativa ao julgamento da Prestação de Contas do Tesoureiro da Prefeitura Municipal,

Posiciono-me **DE ACORDO** com a proposta do Corpo Instrutivo e com o parecer do douto Ministério Público Especial e

VOTO:

- I- Pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das Contas de Gestão Ordinárias do Chefe do Poder Executivo do Município de Vassouras, Sr. Renan Vinicius Santos de Oliveira, relativas ao exercício de 2014, com a **RESSALVA** e respectiva **DETERMINAÇÃO** a seguir indicadas:

RESSALVA:

1. Quanto ao registro de saldo devedor no valor de R\$ 321.754,83 (trezentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos), como “Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar” (conta de natureza credora) na Demonstração das Variações Patrimoniais, não permitindo identificar a natureza da operação.

DETERMINAÇÃO:

1. Atentar para a correta classificação da natureza dos eventos contábeis em conformidade com o MCASP e o disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual.

II- Pela **REGULARIDADE** das Contas do responsável pela Tesouraria da Prefeitura do Município de Vassouras, Sr. Marcelo Filgueiras Gomes, referentes ao exercício de 2014, dando-lhe **QUITAÇÃO PLENA**, nos termos do art. 20, inciso I c/c o art. 21, ambos da Lei Complementar Estadual nº 63/90;

III- Por **DETERMINAÇÃO À SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES** deste Tribunal, para que providencie a reconstituição e autuação, em processo autônomo, de cópia integral deste feito, em formato digital, com posterior **REMESSA** do processo reconstituído à Câmara Municipal de Vassouras, devendo o presente processo permanecer arquivado nesta Corte.

Plenário,

GC-7, em 17 / 07 / 2019.

RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
Relator